

**“Paradoxos do governo de Evo Morales na Bolívia: A reserva ambiental TIPNIS e os interesses de grupos econômicos nacionais e brasileiros (2009-2015)”**

**“Paradojas del gobierno de Evo Morales en Bolivia: La reserva ambiental TIPNIS y los intereses de grupos económicos nacionales y brasileños (2009-2015)”**

**"Paradoxes of the government of Evo Morales in Bolivia: The TIPNIS environmental reserve and the interests of national and brazilian economic groups (2009-2015)"**

*Klaus Hermann Heringer<sup>1</sup>*

**RESUMO**

A Bolívia passa em 2006 por um momento histórico importante, pela primeira vez um presidente indígena é eleito, desde a independência. A sua eleição se respaldou em diversos movimentos populares e étnicos que se mobilizaram para frear os rumos neoliberais em curso desde 1985. Já em 2006 se convocou uma Assembleia Constituinte para que não só reorientasse o país, mas também fundamentasse os princípios de sua “refundação” como o *Vivir Bien* e a Plurinacionalidade, que estariam garantidos na nova constituição, aprovada em 2009. Por outro lado, observa-se por meio do crescimento econômico do país posterior à eleição de Evo Morales que a orientação político-econômica do país se manteve constante, baseada no extrativismo. Portanto, este artigo teve como objetivo explorar os limites da proposta de “refundação” do país em conjunto com a manutenção da política econômica extrativista como também com o projeto de integração latino-americana, analisado nesta pesquisa no caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore - TIPNIS. A análise esmiuçada desse caso, levando em conta os interesses envolvidos, expõem como esses impasses se alocam dentro dos princípios de uma nova orientação civilizatória.

**PALAVRAS-CHAVE:** Evo Morales; Bolívia; Extrativismo; TIPNIS; Buen Vivir

**RESUMÉN**

Bolivia passa em 2006 por um momento histórico importante, por la primera vez um presidente indígena es elegido, desde la independência. Su elección se respaldó en diversos movimientos populares y étnicos que se movilizaron para frenar los rumbos neoliberales em curso desde 1985. Ya en 2006 se convoco a una Asamblea Constituyente para que no sólo reorientase el país, sino que fundamentase los principios de su “refundación” como el *Buen Vivir* y la Plurinacionalidade, que estarían garantizados en la nueva constitución, aprobada em 2009. Por outro lado, se observa por medio del crecimiento económico del país posterior a la elección de Evo Morales la orientación político-económica del país se matuvo constante, basada en extractivismo. Por lo tanto, este artículo tuvo como objetivo explorar los límites de la propuesta de

1 Graduado em Relações Internacionais pela UNIFESP. Pesquisa América Latina com enfoque em democracia, formação nacional e desenvolvimento econômico. Trabalho de conclusão do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo do ano de 2016, campus Osasco; realizada sob orientação do professor doutor Fabio Luis Barbosa. E-mail: klaus\_hermann@hotmail.com

“refundación” del país en conjunto con el mantenimiento de la política económica extractivista así como con el proyecto de integración latinoamericana, analizado en esta investigación en el caso del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore – TIPNIS. El análisis minucioso de este caso, teniendo en cuenta los intereses involucrados, exponen cómo esos impasses se asignan dentro de los principios de una nueva orientación civilizatoria.

**PALABRAS CLAVE:** Evo Morales; Bolívia; Extractivismo; TIPNIS; Buen Vivir

## **ABSTRACT**

Bolivia passes in 2006 and important historic moment, for the first time and indigenous president has been elected since the independence. His election was supported by many popular and ethnic movements that mobilized to stem the neoliberal course in progress since 1985. In 2006 a Constituent Assembly was convened not only to reorient the country but also to base the principles of its “refoundation” such as Buen Vivir and Plurinacionalidad, which would be guaranteed in the new constitution, approved in 2009. On the other hand, it is observed through the economic growth of the country after the election of Evo Morales that the country’s political-economic orientation remained constant, based on extractivism. The purpose of this article was to explore the limits of the country’s “refoundation” proposal in conjunction with the maintenance of the extractive economic policy as well as the Latin American integration project, analyzed in this study in the case of the Indigenous Territory and National Park Isiboro Sécore – TIPNIS. The contradiction of this case, considering the interests involved, expose how these impasses are allocated within the principles of a new civilizing orientation.

**KEY WORDS:** Evo Morales; Bolívia; Extractivism; TIPNIS; Buen Vivir

## **INTRODUÇÃO**

A América Latina, no final do século XX, teve a sua história compartilhada pela experiência neoliberal, que se intensificou durante os anos 90 com a vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria e com a disseminação do Consenso de Washington. Essa experiência atingiu em diferentes graus cada país, mas em todos casos foi responsável por uma maior inserção da América Latina na economia mundial por meio de privatizações e financeirizações. Além disso, também provocou a redução de políticas sociais dentro da lógica de Estado mínimo, agravando os indicadores sociais da época como a distribuição de renda e pobreza. Nos anos seguintes, essas condições propulsionaram movimentos e mobilizações populares por toda região, na qual conseguiram, em maior ou menor grau, a contenção das políticas neoliberais e revisão de suas consequências sociais.

Na Bolívia essa experiência é bem definida. Desde 1985, na eleição de Victor Paz Estenssoro para presidente, responsável pela inserção das políticas

Morales em 2006, que representa a tradução das demandas populares anti-neoliberais. Nesta visão, Evo Morales é um ponto de inversão na história boliviana, pois não representa apenas a contenção dos avanços neoliberais, mas também a reconquista da prioridade dos direitos sociais na política, inaugurando uma nova fase para a democracia boliviana. O período anterior a sua eleição, de 2000 até 2006, mostrou que o alto grau de mobilização da sociedade boliviana foi capaz de mudar as bases da política por meio de protestos contra leis e presidentes. A eleição de Evo Morales é canalizadora destas lutas no âmbito político, esfera até então vista de forma negativa pela população manifestante.

Apesar das mudanças nesta nova fase histórica boliviana, que têm seu marco em 2009 com uma nova constituição, se observa, durante o governo de Evo Morales, a existência de conflitos sociais e políticos que levantam questionamentos acerca deste processo. A transição de uma lógica neoliberal para uma lógica pós-neoliberal<sup>2</sup> na Bolívia expôs paradoxos dos princípios gerais propostos durante o processo de mudança. Esses limites se manifestaram na postura econômica pouco alterada, revisitando princípios neoliberais em questões ambientais, sociais e democráticas, que expõem conflitos, como um dos principais exemplos, o caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré (TIPNIS), analisados nesta pesquisa.

Para os indígenas que residem no TIPNIS, historicamente esse território se caracteriza como sua *Casa Grande* pois possui todas as condições e recursos para garantia de seus estilos de vida. Sob uma estrutura comunitária, se baseiam principalmente no respeito ao meio ambiente, que consideram como uma condição indissociável do homem. Por outro lado, esse território sofre pressões de diversas frentes para a sua exploração econômica, onde é visto pelos setores das atividades extrativistas e latifundiárias como um grande espaço “improdutivo” devido à sua grande riqueza natural. Também é vista por setores governamentais e brasileiros como uma região estratégica importante para a integração nacional e internacional, no pretexto de desenvolvimento nacional, brasileiro e regional. Esse confronto se aguça em 2010, quando se anuncia o início das obras de construção da estrada Villa Tunari - San Ignacio

2 É importante ressaltar que o governo se auto-descreve como socialista e discursivamente declara um rompimento com o tradicionalismo econômico neoliberal. Na realidade, apesar do aumento das receitas e da mudança do papel do Estado na economia durante esses anos, o comando político-econômico continuou ortodoxo, como irei analisar mais à frente no trabalho.

Moxos, que possui um trecho que cruzam o território. A estrada é vista pela maioria das comunidades indígenas como pretexto para violação do território, que se caracteriza como um dos mais bem conservados na floresta Amazônica.

Frente ao exposto, este trabalho procurou fazer uma breve análise das propostas do governo de Evo Morales, a modo de compreender a sua importância e significado dessa nova fase na história boliviana. Em seguida, se realiza observou como certos aspectos da proposta de mudança propostos em 2006 foram concretizados na constituição de 2009 e na política econômica do país. Essa etapa do trabalho foi feita à luz dos conflitos autonomistas da região de Santa Cruz que ocorreram no início do governo de Evo Morales, pois tiveram um papel importante nos rumos políticos do período, em que se analisa a postura do governo frente a esses grupos. Observa-se então nesse período uma implementação parcial dos princípios que levaram Evo Morales a ser eleito pelas mobilizações de 2000-2005, produzindo episódios de conflitos.

Nessa janela, surge o caso TIPNIS, que se mostra categórico nesta análise por envolver os direitos indígenas de um lado da situação, considerados importantes dentro princípios do processo de transição, a plurinacionalidade e o *buen vivir*, e de outro lado os setores representantes da ortodoxia econômica, remetente a tempos neoliberais anteriores à 2006. Assim mostra sua importância de ser esmiuçado para uma melhor compreensão e caracterização da realidade conflituosa que vive o governo, feita por meio do mapeamento os grupos de interesse envolvidos no caso TIPNIS. Essa etapa permitiu uma visão mais aclarada dos paradoxos entre os princípios da “refundação” e a política econômica levada pelo país.

Por fim, foram feitas breves reflexões sobre o cenário de transição política da Bolívia, relatando um pouco a experiência da viagem ao país feita em 2015 sob o grupo Realidade Latino-Americana da UNIFESP, apontando algumas de suas dificuldades e obstáculos imediatos e possíveis alternativas para uma mudança política e econômica mais profunda.

## **GOVERNO DE EVO MORALES: A PROPOSTA DE “REFUNDAÇÃO” DO PAÍS**

A eleição de Evo Morales sob o Movimiento Al Socialismo<sup>3</sup> – MAS -

3 Se auto referem como “instrumentos políticos” da sociedade, denominação adotada na

marca a vitória no plano político dos blocos populares étnicos contra as forças políticas tradicionais. A sua proposta de governo tinha como objetivo principal a “refundação do país”, dentro da pauta dos movimentos sociais das mobilizações e protestos de 2000-2005. Por outro lado, no início de seu governo, se observa o crescimento da oposição política da *media luna* pela convergência das forças políticas tradicionais da Bolívia, sob a proposta emancipacionista da região que, em 2008, gera uma das maiores crises políticas do governo masista.

A existência desse dissenso se manifesta desde a divergência das demandas da “Agenda de Outubro” e da “Agenda de Janeiro”<sup>4</sup> que marcam uma grande polarização política na sociedade e nas instituições estatais, se expressando na composição e discussões da Assembleia Constituinte formada em 2006. Visto esse empasse e a impossibilidade de convergência, se observou a reprodução da estratégia conciliadora com a oposição de Evo Morales e do MAS, que já teve episódios em 2002-2005<sup>5</sup>. Para esclarecimento desse posicionamento e sua maior compreensão dentro do processo de mudança é fundamental, primeiro, estabelecer os princípios ideológicos de “refundação” do país propostos pelo governo de Evo Morales para, posteriormente, contrapor com as realidades desses mesmos processos no intuito em esclarecer como essa postura política de Evo Morales e o MAS determinaram paradoxos que, dentre eles, culminaram no caso TIPNIS.

Os princípios das reformas realizadas no governo de Morales podem ser classificados a favor do atendimento da “Agenda de Outubro” e de uma nova proposta civilizatória, a modo de construir um país que contestasse as perdas de direitos sociais provocada pelo período político e econômico vivido anteriormente. As mudanças se contemplam em dois princípios, o *vivir bien* e a plurinacionalidade que, consolidadas na constituição de 2009, se caracterizam

década de 90 por movimentos de representação indígena que buscavam autonomia política, distanciando da imagem de partidos políticos, deteriorada na época devido às reformas neoliberais.

4 “Agenda de Outubro” surge como demanda das manifestações de 2003 (composta por indígenas, cocaleiros e populares) e a “Guerra do Gás”, de cunho anti-neoliberal e democrático. A “Agenda de Janeiro” surge em 2004 em resposta à agenda anterior, com propostas liberais e autonomistas quanto ao território e uso de hidrocarbonetos. (WEBBER, 2012)

5 Em 2002, devido ao grande sucesso de Evo Morales nas eleições presidenciais, muda-se a estratégia de resistência do movimento e crítica à democracia para uma postura de diálogo. Também em 2005, antes da radicalização dos protestos que levaram a renúncia de Carlos Mesa da presidência, Evo Morales e o MAS eram aliados ao governo numa aposta de saída constitucional dos conflitos da época. (SILVA. In: DOMINGUES, *et al.* 2009) (WEBBER, 2012).

por mudanças estruturais da economia, da política e da sociedade, apontando para uma nacionalização da economia, que rompe com a expressiva presença do capital internacional na Bolívia, tema que será analisado mais à frente.

O *Vivir Bien* ou *Buen Vivir*, derivados de traduções<sup>6</sup> da língua quíchua (*Sumak Kawsay*) e aymara (*Sumak Qamaña*) respectivamente, tem como premissa um padrão de desenvolvimento econômico-social distante do padrão tradicional capitalista, este que possui o pressuposto de recursos naturais infinitos para sustentar o padrão de consumo e o bem-estar ocidental. Nessa ideia, o *Vivir Bien*, como é reconhecido na Bolívia, procura reavaliar as bases dessa lógica de desenvolvimento, buscando resgatar valores comunitários indígenas que assumem o papel do indivíduo associado com o meio ambiente, sob um novo horizonte civilizatório, apontando novos usos da tecnologia e um novo modo de produção (SCHAVELZON, 2015) (ACOSTA, 2015).

Por outro lado, na organização da sociedade, o processo de mudança tem como objetivo a ruptura de suas estruturas tradicionais marcadas sob fortes traços coloniais. A sociedade boliviana, durante a história, segundo o sociólogo boliviano Zavaleta Mercado, é caracterizada por exclusão dos setores indígenas da economia e da política, sob marginalização de seus respectivos estilos de vida ancestrais, que, apesar da maioria populacional na Bolívia, são sobrepostos por determinações nacionais distantes de suas determinações autônomas, o que se denomina como “*sociedad abigarrada*”. Como descreve Luis Tapia,

*“En una formación social abigarrada no sólo coexisten varias relaciones sociales y jurídicas de producción, sino que básicamente se trata de una heterogeneidad de tiempos históricos” que también se diferencia “en las estructuras políticas y la cultura general”, por tanto, se forma un Estado nacional “o pretendidamente nacional con rasgos jurídico formales más o menos modernos y, por el otro lado, un conjunto de estructuras locales de autoridad (diversas también) que no corresponden a la representación local del gobierno nacional”.* (TAPIA, 2002. p. 309.)

A plurinacionalidade surge com a intenção de rompimento deste valor, pois busca a integração de diversas etnias e culturas dentro do mecanismo estatal, de maneira a garantir a sua representatividade e seus direitos de acordo ao seu modo de vida e autonomia. Essa medida vai além do plano institucional, pois sinaliza também o respeito do Estado boliviano aos diferentes

6 Traduções em espanhol que são aproximadas, pois há diversas interpretações feitas por vários autores (SCHAVELZON, 2015).

modos de vida e de produção contidas em seu território. Nesse sentido, se refere à defesa da etnia e cultura de uma comunidade, expressa, por exemplo, na garantia da justiça comunitária, sendo reconhecida como mecanismo legal dentro da Constituição. Esse princípio, dentro da realidade boliviana, busca constituir por meio da normativa uma nova perspectiva civilizatória, a modo de contrapor os valores e o modo de exploração que assolavam o país, organizado sob os lócus do desenvolvimento capitalista (SCHAVELZON, 2015).

### **CRISE POLÍTICA: MOVIMENTO AUTONOMISTA DE SANTA CRUZ DE LA SIERRA (2006-2009)**

Os princípios de plurinacionalidade e *Buen Vivir* estariam garantidos constitucionalmente em 2009 na nova constituição, no agora “Estado Plurinacional da Bolívia”, substituindo a antiga até então vigente de 1967. Durante processo de deliberação durante a Assembleia Constituinte, se observaram diversas dificuldades para aprovação desses princípios, devido, principalmente, à cisão política que a Bolívia sofria entre altiplano e oriente. A bancada da *media luna*<sup>7</sup> era numerosa e composta, principalmente, por representantes do *Movimiento Nacional Revolucionario* – MNR -, *Acción Democrática Nacionalista* – ADN - e *Poder Democrático Nacional* – PODEMOS -<sup>8</sup>, que dificultaram a aprovação de artigos que apontavam para este processo de “refundação”, passando por contestações reestruturações ligados a defesa dos interesses da região. Essa oposição se motivava pela perda de privilégio político e econômico que tinham dentro do Estado antes da eleição de Evo

7 A Região de Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija, que se denomina a *media luna* por seu formato geográfico, é historicamente reconhecida por grande atividade agroexportadora e de exploração de hidrocarbonetos. A sua origem remete a um movimento de povoamento do oriente boliviano do início do século XX, antes ocupado apenas por tribos indígenas em regiões de difícil acesso e de pequenos povoados de consciência restauradora colonial. Durante a década de 50 recebeu um forte investimento americano devido à alta rentabilidade da atividade agroexportadora, que contribuiu para formar uma burguesia conservadora local apoiadora do golpe de 1964 (ANDRADE, 2007). Na polarização durante o governo de Carlos Mesa em 2005, a *media luna* era composta pela burguesia local ligada aos mesmos setores econômicos históricos e pela população local que reproduziam a ideologia da elite econômica dominante, principalmente, no bojo do autonomismo, composto de argumentos separatistas e racistas com o altiplano (CHAVES; SÁ. In: DOMINGUES, *et al.* 2006) (MERCADO, 1988). (ANDRADE, 2007) (BIZARRIA, 2013) (MORAES, 2014) (MENDIZÁBAL, 2012).

8 *Movimiento Nacional Revolucionario* é um partido tradicional da Bolívia criado em 1952 na Revolução Nacional, ao longo da história se tornou um partido reformista e alinhado com os interesses internacionais e do Oriente (ANDRADE, 2007). *Acción Democrática Nacionalista* é um partido fundado em 1985 pelo ex-ditador Hugo Banzer, de diretrizes à favor das reformas neoliberais. *Podemos* é um partido que surge em 2005 com o projeto de oposição ao MAS no Oriente boliviano.

Morales. Após o ano de 2006, essas elites regionais se aglomeraram sobre a demanda autonomista de certos grupos políticos, principalmente da região de Santa Cruz, em oposição ao que descreviam como um “centralismo” e “autoritarismo”, agora inaugurado pelo MAS correspondente a uma “hegemonia do altiplano” sob todo país (CHAVES; SÁ. In: DOMINGUES (Org.), 2009) (MAYORGA, 2007). A ideia de autonomia departamental na Bolívia surge a partir de mobilizações que ocorreram dentro das estruturas de auto-organização regionais, especialmente a partir do “Comitê Cívico de Santa Cruz”, órgão formado pela elite regional e sem a representatividade popular direta. A análise da resolução desse processo é importante para observar como Evo Morales e o MAS lidam com essa oposição, dialogando e atendendo seus interesses, produzindo paradoxos com os princípios de “refundação”.

A proposta e ideologia autonomista, além da autodeterminação departamental, não possuíam uma contraproposta de mudança da organização estatal como demandavam as mobilizações populares de 2000-2005, por outro lado, propunham o resgate do modelo de Estado democrático liberal reproduzido nos últimos 20 anos. A demanda autonomista, sem participação popular na sua formulação devido às estruturas dos Comitês Cívicos regionais, apontava também para a manutenção das estruturas latifundiárias do oriente, que se baseavam em relações sociais e políticas intocadas desde suas origens. Sendo assim, a proposta se concretizava como a única maneira de se isolar das mudanças que sinalizavam o novo governo, principalmente do modo de apropriação da renda na exploração de hidrocarbonetos da região da *media luna*, que cresceu exponencialmente nos últimos 40 anos. Essas medidas do governo apontavam o contrário do que se defendia na “Agenda de Janeiro”, que demandava uma maior autonomia sob insumos dos hidrocarbonetos (CHAVES; SÁ. In: DOMINGUES (Org.), 2009).

A oposição do movimento autonomista ao governo masista se manifestou, especialmente, em dois episódios: (I) congelamento das decisões na Assembleia Constituinte no período de 2006-07; (II) e na crise política de 2008, com manifestações de grande envergadura na região da *media luna*. (DOMINGUES. In: DOMINGUES (Org.), 2009). A postura de Evo Morales e do MAS foi a de se consolidar frente a oposição e reforçar o seu apoio popular para a continuidade das reformas. Em 2007, visto a paralização da Assembleia Constituinte, Morales convoca um referendo revogatório sob seu governo e dos

governos departamentais, nos quais obteve mais votos de quando foi eleito, 67,4% do total. Essa vitória renovou seu apoio popular para retomada do processo constituinte e para uma nova pressão sobre a oposição política da *media luna* (região em que o MAS obteve entre 40-50% dos votos). O apoio reforçou a continuidade de reformas socioeconômicas semelhantes às que tinham sido já feitas até então, como, por exemplo, a criação de novos programas de renda condicionada e nacionalização parcial<sup>9</sup> das empresas de hidrocarbonetos.

Apesar do apoio popular ao governo de Morales no referendo, a proposta autonomista ainda se manteve fortalecida na *media luna*, acompanhada de diversas manifestações sob vertentes radicais no ano de 2008, marcando episódios de massacres e assassinatos a apoiadores do MAS na região. A crise política alcançou escalas de discussão internacional sob a ideia que o país sofria um processo de “golpe civil”. Esse processo foi marcado pela expulsão do embaixador americano, que estava envolvido com os círculos políticos crucenhos e também pela declaração de apoio da Unasul e do Brasil a favor do governo de Evo Morales. Internamente, se declarou estado de sítio em alguns departamentos da região para conter os conflitos populares, acompanhada com uma abertura de diálogo para formulação de um acordo do governo com representantes regionais, feita sob olhares de comissões internacionais. Esse acordo foi feito sob a revisão de artigos da nova Constituição (passando por 200 artigos de 367), da autonomia departamental e de impostos sobre hidrocarbonetos.

Dentro do breve período de início do governo, foi um primeiro momento de diálogo com a oposição para resolução das divergências políticas. Após da resolução com a oposição autonomista e a aprovação da Constituição em 2009 por meio de um referendo, ainda se observou uma relutância regional para aceitação dos resultados das urnas, que nos departamentos da *media luna* o resultado foi de maioria “não” para a nova constituição, havendo episódios de ataques de vertentes terroristas. O governo continuou na abertura para um diálogo e para aprovação de um estatuto autonômico na região que atendesse o interesse da oposição e que não impedisse a implementação da Constituição nesses departamentos (DOMINGUES. In: DOMINGUES (Org.), 2009).

9 Aumenta-se expressivamente os impostos da extração, mas ainda se mantém as atividades sob empresas estrangeiras, principalmente a Repsol e a Petrobrás, discussão que irá se aprofundar mais à frente.

Dentro desse debate pode-se refletir o caso TIPNIS, pois assim como o movimento autonomista, ambos contestam o governo masista, porém, em vertentes opostas, do lado autonomista se contesta as propostas de mudança governo enquanto das mobilizações do TIPNIS o reforço das mesmas. Sendo assim, para compreender os rumos do governo e das propostas de refundação se deve analisar a posição dos dois conflitos e de suas respectivas demandas dentro das decisões e estratégias governamentais. Como visto, a estratégia conciliadora adotada com o movimento autonomista nesse período tem um papel importante nesse sentido pois limitou certas mudanças propostas inicialmente pelo governo, culminando na produção de contradições econômicas e sociais dentro do processo de mudança, como veremos mais adiante. Tanto o caso TIPNIS como o movimento autonomista da *media luna* são classificados por LINERA<sup>10</sup> como “contrarrevolucionários”, mas diferentemente do caso autonomista, o movimento do TIPNIS é feito de maneira “indireta” que “acabam defendendo os interesses das forças conservadoras da direita e terminam socavando seu próprio processo revolucionário” (GARCÍA, 2012, p. 14) (Tradução própria). Por outro lado, segundo LANDER, os movimentos de contestação do processo de mudança e que demandam o cumprimento dos princípios do mesmo, como o caso TIPNIS, “são vistos como ameaças que tem que ser suprimidas” e conclui que “quando se prioriza a preservação do poder acima do conteúdo de exercício, se põe em tela de juízo o sentido mesmo do caráter democrático da sociedade que se quer construir” (LANDER, 2013, p. 34) (Tradução própria). Levando em conta estas visões sobre o processo de mudança e a análise dos interesses envolvidos na construção da estrada no território TIPNIS – das comunidades indígenas e dos grupos econômicos nacionais e brasileiros -, é possível expor os limites e paradoxos da proposta governamental e das ações tomadas pelo governo Evo Morales.

## **POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO MASISTA: ROMPIMENTO SOCIALISTA OU NEOLIBERALISMO RECONSTITUÍDO?**

Para construir uma compreensão mais completa do caso TIPNIS e de seu significado dentro do processo de transição, é fundamental esmiuçar as

10 García Linera é o atual vice-presidente da Bolívia. Cargo que ocupa desde 2006 na primeira eleição de Evo Morales pelo Movimiento Al Socialismo.

contradições socioeconômicas criadas entre os princípios de ruptura do *Vivir Bien* e da Plurinacionalidade com as políticas implementadas pelo governo. Segundo LANDER, os processos de mudança baseados na reprodução do capitalismo sofrem de um dilema intrínseco que impede uma ruptura para uma sociedade socialista, declarada como objetivo pelo MAS:

*“Sobre el supuesto de que las fuerzas productivas del capitalismo darían base material para la sociedad socialista, no se reconoció que aquellas son ciencias y tecnologías capitalistas, que responden a las necesidades del capitalismo, y que sobre ella no se podía producir más que capitalismo (...) Se trata de un patrón científico-tecnológico que, basado em el mito del progreso y del crecimiento sin fin, se propone el pleno sometimiento de todas las dimensiones de la llamada “naturaleza” (...)”* (LANDER, 2013. p. 13-14)

No caso da Bolívia, se observa a continuidade da reprodução do capitalismo pela contínua presença do capital estrangeiro e manutenção do extrativismo, que se contrapõem aos princípios de “refundação” do Estado. Isso ocorrer principalmente em dois momentos do governo: na política econômica implementada logo após a eleição de Evo Morales e na nova constituição política de 2009.

Desde a eleição de Evo Morales em 2006 não houve grandes rupturas com o modelo neoliberal ortodoxo que havia até então na Bolívia, diferente da postura de ruptura que esboçou em 2000-2005. Desse modo, nas definições de WEBBER, os primeiros anos do governo Morales se constituíram como um “neoliberalismo reconstituído” sob uma “esquerda permitida”, dentro de uma proposta de “capitalismo andino-amazônico” de García Linera, que visava a industrialização do país sob a renda extrativista de uma burguesia de origem indígena (entendido pelo MAS como um processo distante de uma ótica classista) (WEBBER, 2012. p. 169-170) (Tradução própria).

Durante os primeiros anos do governo, na crença de um capitalismo de mercado, se observou uma reprodução das condições favoráveis de acumulação para o capital privado, tais como promessas de inflação baixa, independência do Banco Central e de manutenção das relações de trabalho (precárias e flexíveis), além da continuidade dos níveis de pobreza e desigualdade social. Em 2006, na instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento, se projetou a lógica de extrativismo na economia, que apesar das pequenas rupturas com as premissas neoliberais, como uma maior taxação da exploração primária e revisão das relações com o FMI, ainda

manteve o modelo econômico que passou pela contestação popular nos anos 2000-2005 (WEBBER, 2012).

A maior taxação da exploração primária se deu sobre o discurso da nacionalização econômica, que justificou um aumento da porcentagem das atividades extrativistas no Produto Interno Bruto – PIB - no governo masista, analisado mais à frente. Além da estatização de algumas empresas que já estavam sob forte mobilização operária, a reformulação dos impostos e royalties sob as empresas estrangeiras foi a principal atividade nesse processo, que pela alta dos preços das commodities na época ganhou um tom radical em escala internacional. Nessa última medida, por uma ausência de leis mais rigorosas, não se alterou poderes decisórios das atividades produtivas que, no caso do gás natural, continuam sob mando internacional o controle da produção e os projetos de distribuição voltados para o exterior (WEBBER, 2012) (VARGAS; GOMÉZ. In: LANDER, *et al.*, 2013).

Uma análise do crescimento do PIB do Estado pode nos mostrar o aprofundamento e continuidade do grau da dependência primária. Em 2008, o crescimento do PIB foi de 6,1% comparado ao ano anterior, sendo 27,1% desse crescimento sobre renda de gás natural e 8,7% de petróleo, ano em que alcançou auge histórico de participação de renda de recursos naturais no crescimento do PIB, no total de 39,7% do valor total. Já em 2009, nos abalos da crise internacional e queda do preço das commodities, o crescimento do PIB foi de 3,4% com composto 9,4% pela renda de gás natural e 4,1% de minérios. Valores que comparados aos do ano de 2000, no início das manifestações, mostram um aprofundamento dessa dependência. Em 2000, com um crescimento de 2,5% do PIB, observava-se uma composição de 4,3% desse valor de rendas do gás natural e 0,6% de minérios. Dentre todos os anos do governo Morales, a exportação de hidrocarbonetos e minérios dominam, em média, 60% do total da pauta de exportações do país<sup>11</sup>, período que anteriormente era menor e sobreposto por exportação industrial (CEPALSTAT, 2015) (BANCO MUNDIAL, 2015).

Além do aprofundamento do extrativismo, conforme a mudança da pauta exportadora, não se observa expressões políticas governamentais para a

11 Interessante também se observar uma substituição dos parceiros econômicos que a Bolívia tinha anterior ao governo de Evo Morales, que, durante seu governo, reduziu drasticamente o comércio com os Estados Unidos e com países vizinhos e deu lugar para uma intensificação de parceria com a União Europeia e países asiáticos, principalmente a China (VARGAS; GOMÉZ. In: LANDER, *et al.* 2013)

transformação dessa dependência. De acordo com a visão de García Linera sobre o “capitalismo andino-amazônico”, a ideia se complementa pela promoção do processo de industrialização, que na breve análise feita, se pode observar que não logrou a modo de competir com o extrativismo. A industrialização não teve uma mudança drástica de estrutura apesar de iniciativas estatais levadas a cabo pelo governo, mantendo a deficiência do país de setores manufatureiros e, por outro lado, se fortaleceu os setores de indústrias voltadas para a economia primária, como de processamento de hidrocarbonetos e o siderúrgico-metalúrgico. Esse fenômeno, segundo VARGAS e GOMÉZ, se justifica pela falta de incentivos fiscais, minadas pelos princípios de base de crescimento econômico na arrecadação fiscal de atividades primárias, somada a corrupções (principalmente de iniciativas privadas) e debilidades técnicas (de projetos de indústrias estatais) (VARGAS; GOMÉZ. In: LANDER, *et al.*, 2013).

Nesse caso, o aprofundamento do extrativismo e do papel de fornecedor primário da Bolívia no capitalismo internacional se contradiz com o processo de “refundação” do país, tanto do *Vivir Bien* quanto da plurinacionalidade, pela lógica econômica levada com o meio ambiente e pelo privilégio dos setores ligados à essas atividades. Também neste caso há o fortalecimento dos latifúndios durante o governo de Evo Morales, processo que se dá, principalmente, pelo papel que assume a Bolívia dentro do cenário internacional de fornecimento de energia e alimentos, somado à falência de um projeto de industrialização. Dentro desta concepção, a atividade latifundiária assume um papel importante na agropecuária e agricultura (principalmente de soja) voltada para exportação. Nessa função, os latifúndios possuem privilégios do governo quanto a questões de terra (principalmente no âmbito legislativo) intocados pelas reformas levadas a cabo pelo governo, como, por exemplo, na reformulação da lei do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), em 2007, que legisla sobre a distribuição e uso das terras no país. Essa reformulação, apesar de conceder uma pequena parcela terras a comunidades indígenas e campesinas<sup>12</sup>, não são acompanhadas por incentivos de produção à estas mesmas comunidades. A maior parte dessas comunidades ainda se encontra

12 O discurso governista contabiliza que redistribuiu uma grande quantidade de terra à comunidades indígenas enquanto as terras que contam já são consideradas desde a década de 70 como de suas respectivas posse. Isso se deve a um processo de “saneamento” das terras da Bolívia que foi retomado pelo novo governo (ORMACHEA; RAMIREZ, 2013).

sob a linha da pobreza e indigência, que, sob uma concepção de *Vivir Bien* e da plurinacionalidade, seus respectivos avanços são centrais para o desenvolvimento do país (ORMACHEA; RAMIREZ, 2013) (URIOSTE, 2011) (COLOQUE; URIOSTE; EYZAGUIRRE, 2015).

Na nova Constituição Política de 2009 se observa elementos que desconsideram o *Vivir Bien* e a plurinacionalidade na pauta da política econômica, tanto dentro do reforço do extrativismo quanto em privilégio dos latifúndios. Na parte da constituição que rege a função do Estado na economia aparece com pouco peso a questão da plurinacionalidade, que segundo MOTA<sup>13</sup>, somado ao grande conflito interno de diferentes perspectivas sobre poder e política, se coloca em risco a possibilidade de mudança econômica proposta pelo governo:

*“(...) se não for bem relacionado com a questão de plurinacionalidade, que deveria colocar novos parâmetros para pensar a condução das políticas econômicas, podemos supor, quiçá equivocadamente, que existe certo reducionismo da questão plurinacional ao reconhecimento cultural, jurídico e redistributivo (principalmente no que se refere à redistribuição de terras), que não chega a atingir o cerne do ordenamento econômico do país. (...) no longo prazo, a estrutura de reprodução econômica da sociedade permanecerá sendo ditada por um núcleo que é, em certa medida, “uni-nacional” (...) Não observamos uma inovação constitucional que poderia ajudar a formar um quadro diferencial realmente voltado para a transformação da própria função que o Estado liberal capitalista desempenhou para o país. ” (MOTA. In: DOMINGUES (Org.), 2009. p. 149-150)*

Essa perspectiva se reflete, por exemplo, no modo em que foi elaborado a limitação de terras na constituição que, apesar de ser estabelecida em um território máximo de 5000 hectares (referendado em conjunto com o referendo constitucional), não age retroativamente e permite que a propriedade de terras por mais de 5000 hectares seja dentre de um conjunto de sócios. Como também permite que estrangeiros adquiram propriedades por outros meios que determina a Constituição, visto apenas o impedimento de compras diretas do Estado, que não afeta o grande envolvimento de brasileiros e argentinos (URIOSTE, 2011) (ORMACHEA; RAMIREZ, 2013). Tais políticas vão de encontro com os interesses econômicos expressos pela demanda autonomista da *media luna* no início do governo, que após a revisão da constituição conduzida pelo governo em 2008, constituíram-se esses espaços de atuação

<sup>13</sup> É preciso considerar que seu estudo é feito logo após a aprovação da constituição no referendo nacional em 2009.

econômica.

Diante das observações sobre a realidade político-econômica do país de “adaptação” em contraposição com o projeto de “refundação” do *Vivir Bien* e plurinacionalidade (MOTA. In: DOMINGUES (Org.), 2009. p. 152), a análise do caso TIPNIS se exemplifica como um encontro dessas contradições, tendo a manutenção do extrativismo e da força política latifundiária contra direitos indígenas e plurinacionalidade, sendo os grupos envolvidos expressões dos interesses das diferentes perspectivas civilizatórias.

## **O CASO TIPNIS**

O Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Secure compreende, atualmente, 1.091.656 hectares entre os departamentos de Cochabamba e Beni (Anexo 1) e é um dos territórios mais intocados e conservados de toda a Amazônia (PAZ, 2011). Dentro de seu território habitam em torno de 63 comunidades que se dividem em três povos indígenas, os Moxeños, Yucarés e os Chimanés. Esses povos indígenas estão localizados em três diferentes zonas: Zona Central, Zona Isiboro e Zona Sécure, nomeadas de acordo com os rios que delimitam sua região (SERNAP, 2016).

A fundação do território tem origem legal em 1965, por meio do Decreto Supremo 07401, oficializado durante a ditadura militar. Apenas sob o título de “Parque Nacional”, a fundação foi resultado de mobilizações dos povos indígenas originários da região para a proteção de seu território, que estava sob ameaça do movimento colonizador que avançava sobre suas terras. Essa colonização tem suas origens na Reforma Agrária promovida após a Revolução de 1952, cujo um de seus propósitos era a proposta colonizadora do oriente boliviano, processo feito por meio de uma delimitação de terras da região do parque que eram concedidas às populações oriundas do altiplano (BIZARRIA, 2013) (MORAES, 2014) (MENDIZÁBAL, 2012) (ANDRADE, 2007).

Nesse novo status, o território ainda se encontrava sob proteção estatal e se mostrou ineficiente para a contenção dos movimentos colonizadores, que se intensificaram ao longo do tempo e se expandiram sobre o território conforme as crises econômicas atingiam o país, pelo aumento dos fluxos migratórios para a região nesses períodos. Durante a década de 80, observou-se o avanço de atividades cocaleiras ao sul do território, na região do Chapare,

ao norte de Cochabamba<sup>14</sup> e, agropecuárias, ao norte do território pelo departamento de Beni, como também por outras atividades, como madeireiras, caça e explorações petrolíferas (BIZARRIA, 2013).

Em continuidade do avanço das migrações populacionais, na década de 90 tornou-se possível a visualização de três tipos de territorialidade<sup>15</sup> dentro do parque nacional: (1) uso extensivo da terra pelas comunidades indígenas originárias; (2) o uso intensivo, característico dos colonos cocaleiros ao sul; e (3) pela exploração intensiva de recursos naturais renováveis e não renováveis (JIMENÉZ, 2014).

A incapacidade dos povos indígenas em efetivarem seus direitos sobre a terra e barrarem o avanço colonizador, que já subordinavam algumas comunidades, determinou a organização, em 1990, da Primeira Marcha Indígena sob o título de “Marcha Indígena pelo Território e pela Dignidade”, em conjunto com a CSUTCB - Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolivia. Como resultado da marcha, o governo instaurou o Decreto Supremo 21610, conferindo ao Parque uma proteção legal dupla de Área Protegida e Território Indígena.

Assim, a partir de 1990, o território começa a se denominar Território Indígena e Parque Nacional Isiboro-Sécure - TIPNIS. No entanto, os avanços de reconhecimento de direitos da região para os povos não foram suficientes para a contenção da expansão das atividades colonizadoras. Assim, a solução apontada foi dentro da lei da Reforma Agrária de 1996, criada pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária, que passava a reconhecer o território como Território Comunitário de Origem – TCO. Nessa situação, os povos indígenas do TIPNIS teriam o direito de defender suas terras (e de seus ancestrais), de exercerem seus poderes sobre elas e de definirem o seu melhor uso. Nesse direito, podem se defender dos avanços colonizadores e retomarem terras invadidas de modo legal e legítimo. Essa mesma lei delimitaria o avanço do movimento colonizador ao sul do território por meio da *línea roja*, que demarcou o espaço entre o TCO e o Polígono 7, região ao sul do território de cerca de 200.000 hectares (aproximadamente 1/6 da área total), na área do

14 Os trabalhadores afetados pelo decreto 21060 de 1985 determinaram uma retomada do avanço desse movimento sobre o território. Região que originou o movimento cocaleiro que iria no futuro ter Evo Morales como líder.

15 É preciso ter em mente a diferença das definições de território e territorialidade. Com território se especifica o espaço geográfico compreendido, por outro lado, territorialidade remete ao significado social daquele território, portanto, o modo de produção e estilo de vida que se insere no mesmo (JIMENÉZ, 2014).

Chapare de Cochabamba, legalizando as ocupações dos *colonos* plantadores de coca (Anexo 1) (BIZARRIA, 2013) (MORAES, 2014).

O breve resgate dos fatos que ocorreram no território desde 1952 recorrem o confronto histórico da realidade vivenciada por ambos os lados, colonizadores e indígenas. Também é de suma importância a análise de outros detalhes como, por exemplo, de seus respectivos modos de produção e de estilo de vida, para um maior esclarecimento do embate entre os indígenas originários e os movimentos colonizadores.

O território foi, primeiramente, ocupado pelo povo indígena dos Moxeños o qual, por meio da busca da utópica *Loma Santa*<sup>16</sup>, a mãe terra, buscava um território distante da pressão do colonizador branco, abundante em recursos e que permitisse a manutenção de seus respectivos modos de vida. Essa concepção também possui o seu cunho político, pois dentro desse conceito se trava a luta contra os movimentos colonizadores, sinalizando para o respeito e proteção do território em vista do modo vida em que se busca, ou seja, de maneira irrestrita e ilimitada. Todas as comunidades que compreendem o território se referem ao TIPNIS como a *Casa Grande*, sob a ideia de um lugar que possuem tudo que é necessário para o sustento de seu estilo de vida (animais, madeira, rios, peixes, etc.) e, dentro dessa concepção, não se há “pobreza”, pois satisfazem todas as suas necessidades e, sobretudo, há o respeito dos fluxos e ciclos ecológicos frente a uma estrutura comunitária produtiva e social (JIMENÉZ, 2014) (CHÁVEZ, 2015).

Os discursos colonizadores das outras atividades econômicas são baseados sob uma lógica extrativista de eficiência e de esgotamento do território, confrontando diretamente com a territorialidade das comunidades indígenas originárias. Discursos criados dentro de uma lógica andina de ocupação do território oriental, predominantemente dada pelo latifúndio e extrativismo (MENDIZÁBAL, 2012). Nesse espectro, surge o conflito com a estrada que se pretende construir atravessando o parque, pois contrapõem diretamente esses modos de uso do território.

## **ESTRADA VILLA TUNARI - SAN IGNACIO MOXOS: INTERESSES NACIONAIS E BRASILEIROS**

O projeto da estrada surge em 2003, durante o governo de Sanchez de

16 Acreditam que a *Loma Santa* se encontra em algum lugar ao sudoeste de Beni.

Lozada, com o objetivo de interligar as cidades de Villa Tunari, da província de Cochabamba, com a cidade San Ignacio de Moxos, da província de Beni. Planejada em três trechos, o seu segundo trecho pretende atravessar o TIPNIS cortando a sua parte central (Anexo 1), afetando diretamente comunidades que não têm ou nunca tiveram o mesmo contato com colonos como as que residem à beira do parque. A execução do projeto se dá apenas em 2008, ano em que a recém-fundada Agência Boliviana de *Carreteras* (ABC) fecha um contrato com a empreiteira brasileira OAS<sup>17</sup> e, em seguida, Luis Inácio Lula da Silva e Evo Morales acordam os termos de financiamento, sendo R\$ 322 milhões (80% do projeto) proveniente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (MORAES, 2014).

A partir deste momento, não há mais envolvimento apenas dos interesses nacionais sobre a construção da estrada, os quais serão delimitados mais à frente. Além disso, esse momento inaugura uma série de mobilizações das comunidades indígenas do TIPNIS para revisão do projeto, sendo, em um primeiro momento, por meio do diálogo e de outras edições de Marchas Indígenas, até então, alinhadas com o governo e, em um segundo momento, a partir de 2011, sob a organização de Marchas e manifestações com o propósito direto de interrupção e revisão do projeto.

Os interesses e os grupos envolvidos na construção da estrada podem ser elencados em diferentes escalas: locais, regionais, nacionais e internacionais (MORAES, 2014) (PAZ, 2015). Em um plano local do TIPNIS, observam-se tanto os colonos quanto os próprios povos indígenas. Para os colonos, o interesse imediato de construção da estrada está no fortalecimento econômico pela dinamização comercial, dentre eles se incluem os cocaleiros, agropecuários e até mesmo as próprias empresas extrativistas que já possuem atividades no local. Como também, há povos indígenas do TIPNIS que se alinham às diretrizes do governo e são a favor da estrada, na sua maioria, são pertencentes ao povo do Chimanés e sofrem acusações dos outros povos por estarem sendo “enganados ou corrompidos”. Supõe ser uma situação parcialmente verdadeira, pois, alguns casos associam a construção da estrada com políticas públicas, como o governo procura assimilar em seu discurso<sup>18</sup>, ou

17 Empresa que já atua internacionalmente em diversos projetos de construção civil, principalmente sob o programa da Iniciativa para Integração Regional Sul-Americana – IIRSA -, que irá ser discutida mais a frente.

18 O que abre espaço para assimilar quem se posiciona contra a estrada também é contra a entrada de serviços públicos na região.

concordam com a lógica desenvolvimentista do governo, que com a estrada a região teria mudança “no modo de produzir e projetar a vida” que “deveria converter-se em uma zona produtiva capaz de exportar produtos e matérias primas” (MORAES, 2014. p. 59 e 61) (CHAVÉZ, 2015).

Em uma escala regional, é possível observar os interesses de grupos econômicos que vivem às margens da região do TIPNIS. O oriente boliviano é uma área que, tradicionalmente, não é apoiadora ao governo de Evo Morales, como se vê na crise política da proposta autonomista. Portanto, a construção da estrada deve fortalecer o apoio regional, pois favorece tanto os interesses dos cocaleiros do Chapare (região de origem do MAS e apoio tradicional do governo), a qual, além de expandir o comércio, também possibilitaria expansão da produção dentro do território, quanto dos pecuários de Beni, com esses mesmos benefícios (MORAES, 2014. p. 62). Em uma escala nacional, observam-se três interesses do Estado na construção da estrada: uma “necessidade histórica” de integração nacional da zona andina com a região amazônica e fundamental para o desenvolvimento do país (LINERA, 2013. p. 53); um plano político-estratégico para a construção de uma alternativa de conexão entre altiplano e o oriente, sem a necessidade de cruzar Santa Cruz, visto o conflito altiplano-oriente sobre a questão autonomista, a tiraria de um eixo econômico fundamental (MORAES, 2014. p. 64); e, num plano produtivo, sinalizaria a possibilidade de acesso aos recursos naturais do território, principalmente madeira e petróleo, de grande abundância, como sintetiza PAZ:

*“Lo que está en juego en el TIPNIS no es solo una carretera que va a permitir el avance de la frontera agrícola de la producción de hoja de coca, sino también un modelo de explotación hidrocarburífera”* (PAZ, 2012. p. 10)

Em um nível internacional, a partir do envolvimento do Brasil na construção, suas preocupações se tornaram pertinentes no plano político e econômico, em um nível direto financeiro e indireto estratégico. O interesse direto financeiro brasileiro está na estrada reproduzir a operacionalização da lógica desenvolvimentista da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que apesar de não estar inserida na carteira oficial de obras, a construção deveria ser feita por empresas brasileiras, no caso a OAS, e por concessão de crédito do BNDES, como ocorre outras atividades da iniciativa. E como interesse indireto, o resultado da obra concluída abriria a possibilidade da prospecção de petróleo sob reservas confirmadas já em

concessão de exploração da Petrobrás, outorgada durante o governo de Evo Morales (BIZARRIA, 2013. p. 68) (MORAES, 2014. p. 120), como também da instituição de uma nova rota de escoamento de produção do Brasil para o pacífico, sendo a estrada Villa Tunari-Ignacio Moxos, uma parte do corredor Atlântico-Pacífico, que é uma das propostas da fundação do IIRSA (MORAES, 2014. p. 122).

Observa-se a partir dos interesses envolvidos na construção da estrada, que os direitos e mobilizações indígenas são o que contém de avanço desses grupos sobre o território. O próprio governo masista, mesmo sobre princípios da plurinacionalidade e do *Vivir Bien*, se mobiliza para a construção da estrada. Assim, é importante uma análise do decorrer de eventos históricos de avanços da construção e da resistência dos grupos indígenas para aclarar a reprodução factual desses interesses em torno do caso TIPNIS.

### **O CASO TIPNIS: AVANÇO DA CONSTRUÇÃO E RESISTÊNCIAS**

As Marchas Indígenas que ocorreram durante a década de 90 e entre 2000-2005, em que participavam os órgãos representativos do TIPNIS, lutavam para o freio do avanço neoliberal e demandavam mudanças sociais e econômicas, que auxiliaram a projeção de Evo Morales e do MAS em 2002-2006, estão sendo as mesmas Marchas que se organizam para a revisão do projeto da estrada. É importante ter em mente de que não há consenso entre os indígenas sobre a questão TIPNIS, nem todos os órgãos indígenas se posicionam contra o avanço da estrada. Dentre órgãos locais, regionais, nacionais e internacionais envolvidos com a mobilização (contra ou favor a estrada), três organizações possuem dissidências e organizações paralelas, no total de oito organizações (MORAES, 2014) (CHÁVEZ, 2015) (PAZ, 2015).

Um grande símbolo do grau de politização da questão TIPNIS na sociedade boliviana se dá pela quebra do *Pacto de Unidad*, em janeiro de 2013. O Pacto de Unidade surge em 2007 como um consenso e acordo entre as principais organizações indígenas da Bolívia ao redor dos processos que sinalizavam as mudanças no sentido do Estado Plurinacional levadas a cabo pelo MAS. Demarcava até então uma união e homogeneização da demanda indígena em relação ao processo mudança (MOKRANI; URIONA, 2012).

Os conflitos ocorridos a partir de 2011 acerca da estrada servem para expor definitivamente os embates ao redor da construção da estrada,

demarcando uma polarização maior dos discursos a favor e contra o projeto, como visto, dissociando o movimento indígena.

Em 2010, Evo Morales e Luis Inácio Lula da Silva assinam os termos de financiamento do BNDES para a obra. Em 2011, dá-se início a construção dos trechos 1 e 3 da estrada, que, visto o início da concretização do projeto, determinou a organização dos setores indígenas de uma nova Marcha Indígena à La Paz, dessa vez sob o tema “Pela Defesa do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécuré, dos Territórios, da Dignidade, da Vida e dos Direitos dos Povos Indígenas”, a VIII desde 1990. Durante a marcha, enquanto estavam na região de Chaparina em rumo ao altiplano, o exército nacional aborda violentamente os manifestantes com o objetivo de dispersá-los, ato que ganha grande repercussão nacional e internacional, desestabilizando órgãos governamentais. Entretanto, isso não impediu a continuidade à La Paz. Alguns dias após da chegada da Marcha ao seu destino, Evo Morales sanciona a Lei 180, que demarca a intangibilidade do território TIPNIS, proibindo a construção da estrada. Alguns meses depois, com uma marcha organizada pela organização representante do Polígono 7, o Conselho de Indígenas do Sul (CONISUR), que é atrelada aos quadros governistas (CHÁVEZ, 2015), se opõe à intangibilidade do território e de cancelamento completo das obras. Visto o insucesso da marcha, em 2012, entram com um pedido de Consulta Prévia, como garantia a Resolução 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) já ratificada em 1991<sup>19</sup>. Alguns dias após o pedido, é promulgada a lei 222, iniciando o processo de Consulta Prévia na Área Protegida do TIPNIS, que na sua totalidade engloba a Terra Indígena Originária Camponesa (TIOC) e o Polígono 7 (Anexo 1). Em resposta, as comunidades contra a construção se mobilizam na sua IX Marcha Indígenas para impedir a execução da lei 222 e em defesa da lei 180, que não teve o mesmo resultado da edição anterior. Alegavam qualquer processo de Consulta Prévia seria ilegal, pois todos os trâmites iniciais de planejamento já haviam sido realizados entre o governo e o Brasil, não sendo mais “prévia”. (MORAES, 2014) (MOKRANI; URIONA, 2012)

Em 2012, há avanços e retrocessos na construção da estrada. De um lado, se rescinde o contrato com a construtora brasileira OAS e se perde o

19 A resolução 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais garante direitos às comunidades indígenas e tribais frente ao poder do Estado. No caso os indígenas da CONISUR utilizam o artigo 6º da resolução, que garante que aquelas comunidades que sofrem direta ou indiretamente de medidas tomadas pelo Estado possuem o direito de serem consultados para participação da tomada de decisão.

financiamento do BNDES, retirando os interesses diretos da construção da estrada. Mas, por outro lado, o referendo realizado no marco da lei 222 constatou que 82% da população da área protegida estava favorável à construção da estrada, resultado que possui diversos questionamentos por parte das comunidades indígenas contra a construção, particularmente por inclusão do Polígono 7 na votação. A legitimidade deste plebiscito é questionada por numerosos intelectuais e organizações (PAZ, 2015). A rescisão do contrato se deu como uma vitória aparente e, atualmente, em 2016, as construções dos trechos foram retomadas e estão sendo executadas por duas empresas bolivianas, sendo, uma recém-fundada empresa estatal de construção civil, Empresa Boliviana de Construção (EBC) e, outra, pela Associação de Manutenção Viária (AMVI), mesmo sem a fonte de financiamento brasileira.

A continuidade da construção da estrada ainda passa por uma série de contestações das organizações envolvidas, principalmente a vertente contra a estrada da Confederação Indígena do Oriente Boliviano (CIDOB), uma das que foram cindidas pelo conflito, possuindo apoio da organização internacional Coordenadora das Organizações Indígenas da *Cuenca* Amazônia (COICA) (MORAES, 2014) (CHÁVEZ, 2015). Após a derrota dos movimentos contra a estrada, as organizações procuram apoio internacional para paralização ou revisão da estrada como, por exemplo, apresentando a alternativa de a estrada dar a volta pelo território em organismos internacionais<sup>20</sup>, uma vez que nacionalmente não foi acatada (CHÁVEZ, 2015).

As ligações entre os movimentos indígenas e a opinião internacional passa por intensa crítica do governo, como foi observado no discurso de García Linera anteriormente, classificando-os como “antirrevolucionários”, argumentando principalmente que a estrada trará o desenvolvimento tanto para aquelas comunidades quanto para o país. As comunidades contra argumentam que o desenho atual da estrada, estabelecido anteriormente pelo projeto da OAS, não atinge a maioria das comunidades, como é visto no Anexo 1, além de não satisfazer as necessidades dessas comunidades indígenas, que não se interessam em uma eficiência de transporte, vendo o transporte fluvial como suficiente ou por uma maior acessibilidade aos recursos, visto que seu modo

20 “CIDOB presentó demanda ante OEA por violación a derechos de indígenas”. *Jornadanet*, La Paz, 10 de fev. 2012. Disponível em: <http://www.jornadanet.com/Hemeroteca/n.php?a=73485-1&f=20120210>.

de vida também é suficiente (MORAES, 2014).

Visto o caso TIPNIS, pode-se fazer uma reflexão sobre o *Vivir Bien*, a Plurinacionalidade e o processo de mudança do governo de Evo Morales como um todo. O caso TIPNIS é exemplar para se comprovar o posicionamento governamental da Bolívia dentro do processo de transição. A insistência em construção da estrada em detrimento dos argumentos apresentados pelas organizações e comunidades locais mostra o lado daqueles interesses favoráveis à construção. As comunidades indígenas da VIII Marcha conseguiram alcançar grande comoção nacional e internacional em 2011 justamente por representar os princípios de refundação do país em contradição com o mesmo Estado que se propôs a canalizar essas demandas do movimento social de ruptura da história.

O *Vivir Bien* e a Plurinacionalidade são colocados em cheque nessa questão, pois não há o respeito dos direitos indígenas e de seu território, que antes em suas Marchas lutavam por uma afirmação dos seus direitos e agora lutam para o cumprimento dos mesmos. A Lei 180 de intangibilidade do território do TIPNIS mostra como é importante esses princípios de refundação, valorizando o estilo de vida e modo de produção daquelas comunidades, como também qual é o seu peso para a opinião pública nacional e internacional, visto a proposta do governo masista para “refundação”. Ao mesmo tempo, a continuidade da obra com discursos diretos de Morales carregados tanto de “impossibilidade” de barrar a construção da estrada quanto da assimilação dos indígenas com a “direita política” mostra que esse processo não procura questionar ou irromper com princípios fundamentais que a ordem econômica impõe sobre a riqueza boliviana (MEDRANO, 2016) (ARIÑEZ, 2016a; 2016b). Pode ser observado nos meios constitucionais e já no início do processo de refundação, complementada por ideologias que expressam intolerâncias de perspectivas opostas às intenções governistas, que essa postura expõem os limites da ampliação democrática, do fim de uma “sociedade *abigarrada*” e da ideologia de transição como um todo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 22 de agosto de 2009, Evo Morales e Luis Inácio Lula da Silva se encontram na cidade de Villa Tunari para assinatura do acordo de

financiamento do BNDES para a construção da estrada Villa Tunari-San Ignacio Moxos, a qual cruza o território TIPNIS. Em 29 do mesmo mês, Evo Morales é condecorado pelo presidente da Assembleia das Nações Unidas como herói mundial da *Madre Tierra*, pela aprovação da constituição que fundaria o Estado Plurinacional da Bolívia.

É notável que a eleição de Evo Morales como presidente da Bolívia em 2006 surge como demanda de uma “refundação” do país, em busca de uma mudança tanto no âmbito social, pela exclusão histórica dos setores indígenas das decisões políticas, quanto no âmbito econômico, pelo fim da ingerência do capital estrangeiro, concentrados nas atividades extrativistas. A Bolívia se torna um caso categórico dentre todos os países da América Latina, pois a lógica de exploração histórica capitalista do continente e do país produziu episódios conflituosos por aqueles setores que resistiram ou evitaram contato com esse processo histórico, como se dá na Guerra da Água, do Gás e na questão do TIPNIS. Também é um caso categórico pelo mesmo governo que se propôs essas mudanças nesse padrão, sob demanda de uma nova constituinte e nova lógicas econômicas pelos movimentos populares, canalizados dentro do *Vivir Bien* e da Plurinacionalidade, seja o mesmo que termine por reforçar as propostas colonizadoras sob os movimentos de resistência do padrão de exploração histórico. Como se expressa pelos resultados do caso TIPNIS aqui analisadas, como também por outros exemplos na Bolívia não comentados aqui, como a hidrelétrica do Rio Madeira, produtora de diversos crimes ambientais, nesse caso, com participação ativa do Brasil.

No ano de 2015 foi realizada uma viagem à Bolívia com o grupo de extensão Realidade Latino-Americana da Universidade Federal de São Paulo, sendo um dos principais motivos de escolha do tema e que guiaram a visão durante a pesquisa. Teve-se oportunidade de conversar com diversas personalidades e organizações da política boliviana, da vertente dissidente da CIDOB, resistente à construção da estrada pelo TIPNIS, ao Centro da Vice-Presidência, tanto personalidades contemporâneas quanto históricas. Alguns entrevistados apontavam um limite ideológico, menos aquelas fiéis ao MAS ou então participantes do governo: o governo de Evo Morales trouxe mudanças na vida do cotidiano boliviano, retirou pessoas da pobreza e da indigência e ampliou direitos à algumas comunidades indígenas, mas ao mesmo tempo, não se questionou o projeto país que é coordenado pelos interesses internacionais

e não se colocou no horizonte esforços voltados para os princípios de refundação.

A experiência de se encontrar no meio das divergentes visões políticas e as tensões que se produziam eram evidentes. Naqueles contra o governo foi observado a seguinte visão, a oportunidade histórica que se abriu com o governo Morales em 2006 não foi aproveitada como se deveria, tinha-se todos os instrumentos possíveis para a mudança, o apoio popular e o Estado. As medidas tomadas pelo governo foram ao mesmo tempo para avanços no sentido capitalista de criação um Estado mais integrador e “moderno” (com estradas excelentes e popularização da internet), como também em alguns casos, no nível de uma perspectiva civilizatória de refundação, mais desintegrado e “atrasado”.

É realmente é inquestionável essas perspectivas, Evo Morales quadruplicou o PIB da Bolívia desde 1999 para US\$ 33 bilhões de dólares em 2016, e redirecionou parte dessa renda para a população, mas deve-se levar em conta que esse crescimento se deu em grande parte pela onda internacional de favorecimento do preço das *commodities* na década passada. Apenas o fato do reforço histórico de uma lógica de enriquecimento e desenvolvimento capitalista “sem fim” já se observa a sobreposição da nova ordem demandada pelos movimentos e dos princípios propostos na refundação em 2006, que consideram que não há maior riqueza que a associação do homem com a natureza e o respeito de lógicas comunitárias. Os motivos para se entender os desvios do projeto de refundação podem surgir de diversas raízes, este trabalho tentou especificar uma mais evidente, o MAS fez demasiadas concessões à demandas opositoras opostas ao processo de mudança, como se deu com as elites cruceña e latifundiárias do oriente e com empresas internacionais ligadas ao extrativismo.

A análise caso TIPNIS é imprescindível para compreensão desse processo, como um diagnóstico das falhas de um processo de mudança. O caso boliviano serve para expor também os limites de uma orientação reformista que carece de questionamento da ordem histórica que afligiu e aflige o país, principalmente pela não contestação da ordem econômica.

Mas é notável que a sociedade boliviana é historicamente reivindicadora na busca de integração de seus interesses nas decisões governamentais em sentido de uma formação nacional (ou plurinacional). O comportamento do

realizado em 2016. Essa característica da sociedade boliviana, fundada na etnia indígena combativa e reivindicatória, é algo que não conseguiu ser absorvido por completo em incorporações nos mecanismos governamentais de um Estado liberal. Apesar dos avanços no caso boliviano sob a plurinacionalidade, ainda há elementos, expostos no trabalho, contrários aos princípios que de refundação do Estado, canalizado em contestações e manifestações. É algo que se observa durante a evolução histórica da Bolívia: após a Guerra do Chaco em 1932; no “esforço de guerra” durante a 2ª Guerra Mundial; durante as manifestações que levaram a Revolução de 1952 (que também teve um líder que não a aprofundou radicalmente); na ditadura militar por movimentos de contestação e confrontos diretos com o governo; nas manifestações indígenas de 1990 e nas de 2000-2005. Como também foi algo pôde ser percebido na viagem durante as entrevistas das personalidades e de grupos que se posicionam contra o governo. Essa análise pode ser considerada um dos elementos que fizeram Che Guevara escolher a Bolívia para lutar até sua morte em 1967, é uma sociedade de forte contestação sob bases populares-urbanas, étnicas e indígenas que nunca deixou de reivindicar aquilo que é de seu interesse e direito, atualmente, contestados por aqueles que auxiliaram e apontaram como liderança em 2006.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Balço do Neoliberalismo**. In: BORON; SADER; GENTILI. Pós Neo-liberalismo: As políticas sociais e o Estado Democrático. São Paulo, Vozes. 1995.

ANDRADE, Everaldo de O. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Ed. UNESP. 2007.

ARIÑEZ, Rúben. “**Evo anuncia que la carretera que atraviesa el TIPNIS se realiza**”. La Razón, La Paz, 05 de jun. 2015. Disponível em: <[http://www.la-razon.com/nacional/Evo-carretera-atraviesa-TIPNIS-realiza\\_0\\_2283971614.html](http://www.la-razon.com/nacional/Evo-carretera-atraviesa-TIPNIS-realiza_0_2283971614.html)> Acesso em 20 de outubro de 2016.

\_\_\_\_\_ - “**Evo proyecta que la carretera por el Tipnis será construída, com o sin él**”. La Razón, La Paz, 15 de nov. 2016. Disponível em: <[http://www.la-razon.com/nacional/Tipnis-Evo-responsabiliza-derecha-paralizar-via\\_0\\_2601339910.html](http://www.la-razon.com/nacional/Tipnis-Evo-responsabiliza-derecha-paralizar-via_0_2601339910.html)> Acesso em 16 de novembro de 2016.

Asociación Ambiente y Sociedad. **Inversión de empresas brasileiras em América Latina**: Camargo Correa, Odebrecth y OAS. Bogotá: NOMOS, 2015.

GUIMARÃES, Cesar; DOMINGUES, José M.; MANEIRO, María. **Bolivia – A História sem Fim**. In: DOMINGUES; et al. (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. p. 13-26.

JIMÉNEZ, Elizabeth C. **Dilemas ecoterritoriales de la integración regional: IIRSA en las sociedades de Bolivia y Chile**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20140305125621/INFORME.pdf>> Acesso em: 17 de outubro de 2015.

LANDER, Edgardo. **Tensiones/Contradicciones em torno al Extractivismo en los procesos de cambio: Bolivia, Ecuador y Venezuela**. In: LANDER, Edgardo. [et. al] (Autores). **Promesas em su laberinto: cambios y continuidades em los gobiernos progressistas de América Latina**. La Paz: CEDLA, 2013.

LA RAZÓN, 2012. **Carretera proyectada traves TIPNIS**. Disponível em: [http://www.la-razon.com/economia/Carretera-proyectada-traves-TIPNIS\\_LRZIMA20120204\\_0042\\_11.jpg](http://www.la-razon.com/economia/Carretera-proyectada-traves-TIPNIS_LRZIMA20120204_0042_11.jpg) Acesso em 25/06/2016.

MAYORGA, Fernando. **El Gobierno de Evo Morales: Cambio Político y Transición Estatal em Bolívia**. Cochabamba: Universidad Mayor de San Simón, 2007. Disponível em: <[http://www.pieb.com.bo/blogs/mayorga/archivos/Articulo\\_mayorga.pdf](http://www.pieb.com.bo/blogs/mayorga/archivos/Articulo_mayorga.pdf)>. Acesso em: 15/10/2015.

MEDRANO, Elisa. **“Inicián la construcción de plataforma em vía al TIPNIS”**. La Razón, La Paz, 28 de jun. 2015. Disponível em: <[http://www.la-razon.com/nacional/seguridad\\_nacional/Gobierno-inician-construccion-plataforma-via-TIPNIS\\_0\\_2297770226.html](http://www.la-razon.com/nacional/seguridad_nacional/Gobierno-inician-construccion-plataforma-via-TIPNIS_0_2297770226.html)> Acesso em: 20/10/2016.

MENDIZÁBAL, Verónica Barroso. **TIPNIS ¿Un conflicto ambiental o de territorio?**. Letras Verdes: Revista del Programa de Estudios Socioambientales FLACSO. Quito, nº 11, p. 112-122, março de 2012. Disponível em: <<http://revistas.flacsoandes.edu.ec/letrasverdes/article/view/919>> Acesso em: 18/10/2015.

MOKRANI, Dunia; URIONA, Pilar. **La construcción del Estado Plurinacional: Una Lectura desde los conflictos del territorio indígena y Parque Nacional Isiborosécure (TIPNIS), Mallku Khota y Colquiri**. Anuari del Conflict Social, Barcelona, 2012. Disponível em: <<http://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/6362>>. Acesso em 14/10/2015.

MORAES, Renata A. **Desenvolvimento e Vivir Bien - O caso do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécure (Bolívia)**. 2014. 205 p. Tese de Mestrado – UnB. Brasília. <Disponível em: [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15610/1/2014\\_RenataAlbuquerqueMoraes.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15610/1/2014_RenataAlbuquerqueMoraes.pdf)>. Acesso em: 17/10/2015.

MOTA, Aurea. **A Nova Constituição Política do Estado Boliviano: Antecedentes históricos, conteúdo e proposta analítica**. In: DOMINGUES;

et al. (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: UMFG, 2009. p. 133-161.

ORMANCHEA S., Enrique; RAMIREZ F., Nilton. *Políticas Agrarias del gobierno del MAS o la agenda del "poder empresarial-hacienda"*. La Paz: CEDLA, 2013.

PAZ, Sarela P. El precio del "desarrollo": Partir en dos la zona núcleo de la región yungueña mejor conservada de Sudamérica: ¿Cuáles serían los impactos ambientales de la carretera por el TIPNIS?. Bolpress, La Paz, 31 ago. 2011. <Disponível em: <http://www.bolpress.com/2016/09/06/los-pueblos-estan-solos-pero-acompanados-por-su-potencia/?Cod=2011083105>> Acesso em: 20/10/2016

\_\_\_\_\_. **¿Por qué consultar a los del CONISUR si han renunciado al derecho colectivo de la TCO?** Elementos de reflexión sobre el protocolo de consulta a los pueblos indígenas del TIPNIS. Bolpress, La Paz, 8 de maio. 2012. Disponível em: <<http://www.bolpress.com/?Cod=2012050805>> Acesso em: 20/10/2016

\_\_\_\_\_. - Sarela Paz Patiño: depoimento [jul. 2015]. **Cochabamba: Hostel Running Chaski**, 2015. 3 arquivos mp3. Entrevista concedida ao Grupo Realidade Latino Americana (UNIFESP-PROLAM).

QUIROGA, Carlos Villegas. **Privatización de la industria petrolera en Bolivia**. La Paz: FOBOMADE/CEDLA, 2004.

SCHALVELZON, Salvador. **A Assembleia Constituinte da Bolívia: Etnografia do Nascimento de um Estado Plurinacional**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SADER, Emir. "**América Latina em el siglo XXI**" In: BORÓN, A. A. & LECHINI, G.(Orgs.). *Política y movimientos sociales en un mundo hegemónico. Lecciones desde África, Ásia y América Latina*. 1ª Ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006. Disponível em: <<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100711033702/lechini.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2016.

SACHS, Jeffrey. **Bolivian Hyperinflation and Stabilization**. AEA Papers and Proceedings, Vol 77, No. 2, maio 1987. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w2073>> Acesso em 20 de junho de 2016.

SERVICIO NACIONAL DE AREAS PROTEGIDAS (SERNAP). **Parque Nacional y Territoria Indigena Isiboro Sécre**. Disponível em: <[http://www.sernap.gob.bo/index.php?option=com\\_content&view=article&id=91&Itemid=276](http://www.sernap.gob.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=276)>. Acesso em 25 de junho de 2016.

SILVA, Fabricio P. **Equilíbrio precários – A trajetória do Movimento ao Socialismo e seus Dilemas**. In: DOMINGUES; et al. (Orgs). *A Bolívia no Espelho do Futuro*. Belo Horizonte: UMFG, 2009. p. 51-75.

TAPIA, Luis M. XVI: **Tiempo, Historia y sociedade abigarrada**. In: TAPIA, Luis M. *La producción del conocimiento local : historia y política en la obra de*

René Zavaleta. La Paz: CIDES-UMSA. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Bolivia/cides-umsa/20120906015335/tapia.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2015.

URIOSTE F. de C., Miguel. **Concentración y Extranjerización de la tierra en Bolivia**. La Paz: Fundación Tierra, 2011.

WEBBER, Jeffery R. **“From left-indigenous insurrection to reconstituted neoliberalism in Bolivia – Political Economy, Indigenous Liberation, and Class Struggle, 2000-2011”**. In: CARR & WEBBER. *The New Latin American Left: Cracks in the Empire*. Maryland, EUA: 2012. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/blar.12352/abstract>> Acesso em 15 de maio de 2015.

ZEHURI, Yan C. **Contradições de classe nos Andes boliviano: tensões entre camponeses e indígenas**. REBELA, v3, n. 1, outubro de 2013. p. 103-118. Disponível em: <<https://rebel.emnuvens.com.br/pc/article/viewFile/127/264>> Acesso em 28/ de agosto de 2016.

## ANEXOS

**Anexo 1:** Mapa do TIPNIS com destaque para o Polígono 7 e o traço proposto para cortar o território.



Fonte: LA RAZÓN, 2012.